

Destaque Segunda volta das legislativas em França



Será que os franceses vão impedir o acesso da extrema-direita ao poder, na segunda volta das eleições legislativas antecipadas?

França vai decidir se quer ser republicana ou anti-republicana

Principal questão reside em saber se os franceses vão barrar a extrema-direita como fizeram quando votaram, massivamente, em Jacques Chirac contra Jean-Marie Le Pen e em Macron contra Marine Le Pen

Amílcar Correia

A França vai ter de escolher hoje entre dois blocos diametralmente opostos. Um deles reúne a extrema-direita da União Nacional (UN), o partido mais votado na primeira volta das eleições, parte d'Os Republicanos, fiéis ao seu líder, Éric Ciotti, e todos os macronistas que rejeitam votar nos candidatos da França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon.

O outro bloco agrega os vários partidos de esquerda que compõem a Nova Frente Popular (NFP), republicanos desagrados com a aproximação do partido à UN e parte dos macronistas que querem travar a ascensão do lepenismo.

Todas as equações são possíveis. A principal questão reside em saber se os franceses vão barrar o acesso da extrema-direita ao poder, nesta segunda volta das eleições legislativas antecipadas, como fizeram no passado, quando votaram massiva-

ID: 112005851

07-07-2024

mente em Jacques Chirac, contra Jean-Marie Le Pen, e quando reelegeram Emmanuel Macron e repeliaram Marine Le Pen.

Como diz Raphaël Glucksmann, eurodeputado eleito numa lista conjunta do seu Placé Publique e do Partido Socialista francês: não estamos a falar de uma eleição legislativa, mas sim de um referendo. E a pergunta é: “Queremos nós que a extrema-direita, pela primeira vez, conquiste o poder no nosso país através das urnas?”

Deste “referendo” não deve resultar uma maioria absoluta. Sondagens recentes estimam que a extrema-direita obtenha entre 190 a 220 lugares na Assembleia Nacional, longe dos 289 necessários para uma maioria absoluta, que a Nova Frente Popular ocupe 159 a 183, o Juntos Pela República, de Emmanuel Macron, entre 110 a 135 e Os Republicanos de 30 a 50 assentos.

O que os peritos do instituto de sondagens Ipsos têm defendido é que a diminuição das triangulações – os candidatos apuram-se para uma segunda volta se recolherem 12,5% dos votos – faz com que os “duelos” sejam, sobretudo, entre listas da União Nacional e da Nova Frente Popular e que isso dificulta uma maioria absoluta.

Marine Le Pen já se começou a preparar para um cenário de maioria relativa, ao admitir governar sem maioria absoluta, ao contrário do que prometeu Jordan Bardella, líder do seu partido, durante a campanha. O discurso de Le Pen baseia-se na expectativa de que os franceses têm “um verdadeiro desejo de mudança” e que o país não pode ficar entregue nem a Mélenchon nem a Macron.

A NFP não tem um candidato a primeiro-ministro. A frente reúne partidos que têm tanto a uni-los como a desuni-los. O que explica esta miscelânea ideológica é o inimigo comum da extrema-direita e o perigo que a sua chegada ao poder implica para os direitos individuais e para a democracia. Jean-Luc Mélenchon e a sua França Insubmissa (FI) são o pomo da discórdia. O seu nome não é aceite, quer por alguns dos seus parceiros, quer pelo Presidente da República, como possível primeiro-ministro.

Celine Hervieux, porta-voz do Partido Socialista francês, assegurou ao PÚBLICO que aquela força política “não participará num governo de unidade nacional em qualquer outra base que não seja a nossa” e que “sempre foi claro que Jean-Luc Mélenchon não seria primeiro-ministro”. “O primeiro-ministro”, esclareceu, “terá de ser designado pelos deputados da Nova Frente Popular”.

A controvérsia sobre a sua figura não é de agora, mas os ataques do Hamas contra Israel a 7 de Outubro aumentaram as clivagens nos territórios ocupados pela esquerda. A França Insubmissa classifica o Hamas como um “braço armado responsável

por crimes de guerra” e Mathilde Panot, líder parlamentar do partido até à dissolução parlamentar, em declarações ao PÚBLICO, recorreu a exemplos para o justificar: “A ONU não se refere a uma organização terrorista. A Amnistia Internacional não fala de uma organização terrorista.” A dirigente deste partido diz rejeitar a teoria do “choque de civilizações”, segundo a qual “o Ocidente deve entrar em guerra contra o terrorismo muçulmano”.

A União Nacional tem aproveitado a deixa para acusar a FI de anti-semitismo e, ironia das ironias, obteve o apoio de um conhecido casal francês judeu, que se dedicou a revelar o paradeiro de criminosos nazis.

Serge e Beate Klarsfeld envolveram-se na deteção de responsáveis nazis e foram eles que descobriram Klaus Barbie e documentaram o destino de judeus deportados pela França e assassinados em campos de concentração, como aconteceu com o pai do primeiro, que morreu em Auschwitz. Serge Klarsfeld acha que a UN evoluiu de forma favorável e que o perigo está agora no “islamismo da extrema-esquerda”.

Marine Le Pen, que substituiu o anti-semitismo da velha Frente Nacional do seu pai pela propaganda anti-islâmica, está ao lado da extrema-direita de Benjamin Netanyahu e contra qualquer reclamação árabe.

Alexis Brézet, chefe de redação do *Le Figaro*, escreveu um editorial, no dia seguinte à primeira volta, chamada “Tragédia francesa”, que terminava com esta citação de Raymond Aron: “A escolha em política não é entre o bem e o mal, mas entre o preferível e o detestável.”

“Sem precedentes”

“O cenário político que eu antevejo é o de instabilidade e de conflito, a não

66

O cenário político que eu antevejo é o de instabilidade e de conflito, a não ser que haja uma reviravolta muito grande, que é improvável. A questão em aberto é saber qual será a dimensão da vitória da União Nacional

João Carvalho

Político do ISCTE

ser que haja uma reviravolta muito grande, que é improvável”, diz João Carvalho, político do ISCTE. “A questão em aberto é saber qual será a dimensão da vitória da União Nacional”, acrescentando que “serão os eleitores do partido de Macron a decidir o resultado”.

João Carvalho refere outra questão: “Imaginemos que a Nova Frente Popular tem condições para governar, até em coligação, provavelmente com os votos dos macronistas, e o próprio Macron põe de lado Mélenchon e a França Insubmissa... Isto torna as coisas ainda muito mais caóticas.”

Se a maioria do partido de Bardella não for expressiva, isso “representa que os partidos e os eleitores perceberam que a situação era muito grave”, observa o filósofo Diogo Sardinha. “Ora, se eles perceberem isso, talvez tenham o bom senso de encontrar uma solução governativa mais ou menos estável”, espera o investigador da Universidade de Lisboa e ex-presidente do Colégio Internacional de Filosofia de Paris. A dúvida está no bom senso.

François Bayrou, líder do partido centrista MoDem, disse esta semana, na *FranceInfo*, que o grande número de desistências tácticas de outros candidatos para ajudar a derrotar a União Nacional deve impedir uma maioria absoluta. Nesse caso, será necessário “encontrar soluções sem precedentes” para evitar um impasse institucional. Que soluções? Que primeiro-ministro irá Macron nomear?

Em caso de maioria absoluta, o Presidente não terá outra hipótese senão aceitar em Matignon, a residência oficial do primeiro-ministro, o nome escolhido pelo vencedor. Mesmo assim, está garantida alguma crispação.

Macron tem concentrado em si todo o poder e é uma incógnita até que ponto será capaz de partilhá-lo num contexto inédito de coabitação durante a sua presidência. Na ausência de uma maioria absoluta, pode colocar-se a hipótese de uma coligação, algo incomum em França.

A confirmarem-se as estimativas, UN e Os Republicanos podem aliar-se, mas não terão assentos em número suficiente para governar em maioria. Nova Frente Popular e macronistas podem obter essa maioria, mas o cenário não será pacífico entre os apoiantes do Presidente, que diabolizaram mais a França Insubmissa, o principal par-

tido da coligação de esquerda, durante a campanha, do que o partido de Bardella e Le Pen.

O politólogo João Carvalho sublinha as grandes divisões no interior da aliança de Macron. “Gabriel Attal [primeiro-ministro], por exemplo, era a favor do ‘ni-Le Pen, ni-Mélenchon’ e agora já não é. A seguir aos resultados, deu uma volta de 180 graus.” E aponta outro caso de divisão: “Édouard Philippe [ex-primeiro-ministro de Macron], que representa parte da direita do partido, apoia também o nem um nem outro, mas existem outros candidatos, que vêm mais da esquerda, que dizem que é absurdo e perigoso equiparar a Frente Popular à União Nacional.”

Outros cenários

É verdade que existe muita cacofonia no campo presidencial, mas Attal foi muito claro nos apelos aos seus candidatos, que ficaram em terceiro lugar, para que se retirassem nesta segunda volta, que foi o que fizeram quatro ministros e um secretário de Estado.

Podem colocar-se outros cenários, ainda, como um governo de união nacional ou até um governo de tecnocratas, uma solução à italiana, como Mario Monti, entre 2011 e 2013, e Mario Draghi, entre 2021 e 2022.

A bomba atómica do Presidente seria a invocação do artigo 16.º da Constituição, que lhe confere plenos poderes, o que parece de todo inenquadrável num contexto como o actual. Seja qual for o resultado, os cenários pós-7 de Julho desafiam a estabilidade política do país. Durante a V República, a França viveu apenas três momentos de coabitação, nos quais a força política na presidência não era a mesma do primeiro-ministro e do governo.

O socialista François Mitterrand conviveu com governos de direita entre 1986 e 1988 e entre 1993 e 1995. O inverso aconteceu com Jacques Chirac na presidência e Lionel Jospin no Governo, de 1997 a 2002, a seguir a uma dissolução do Parlamento e a uma vitória da “esquerda plural” em legislativas antecipadas.

Os dois blocos em confronto diabolizam-se um ao outro e asseveram que vem aí o apocalipse se o adversário vencer. Ambos querem unir o país. É duvidoso que o consigam. O Presidente falou em guerra civil se um deles vencesse e vai ter de nomear primeiro-ministro alguém designado por um deles. Estamos perante a mais complexa coabitação da V República ou perante a mais grave crise institucional no país.

A França ainda pode contar com Edgar Morin, apesar dos seus 102 anos. Esta semana, o pensador francês dizia ao *Libération* que “estamos numa época na qual o triunfo da ilusão e da mentira é uma grande derrota para a França, a Europa e a humanidade. Chegou a hora de uma nova resistência”.



Jean-Luc Mélenchon, líder da Frente Insubmissa, durante uma campanha eleitoral

Destaque Segunda volta das legislativas em França

Análise

“A União Nacional vai libertar a violência física no seio da sociedade francesa”

Diogo Sardinha Filósofo diz que um dos argumentos da UN é o apelo à autoridade para acabar com a desordem criada pela imigração e a delinquência nos subúrbios

Entrevista

Amílcar Correia

O filósofo Diogo Sardinha, investigador da Universidade de Lisboa, identifica no actual líder da União Nacional (UN), Jordan Bardella, uma estética fascista cuja mensagem é a necessidade de reinstaurar a autoridade e acabar com a desordem criada pela imigração e a delinquência dos jovens dos subúrbios. O também ex-presidente do Colégio Internacional de Filosofia de Paris, no qual dirigiu o programa de investigação *Violência e política, o motim como forma de movimento selvagem*, recorda que a “ideia de limpeza é um discurso que já havia no tempo de Sarkozy”. Nesta entrevista, Diogo Sardinha não tem dúvidas que houve um voto de protesto contra Emmanuel Macron e as suas “políticas de liberalização permanente” e critica-lhe o discurso “político e incendiário” quando falou em guerra civil. Disto, o filósofo também não duvida: “A UN vai libertar a violência física no seio da sociedade.”

Como interpreta os resultados da primeira volta das legislativas em França?

Deixe-me dizer-lhe uma coisa muito importante. Foi uma minoria dos franceses que votou na União Nacional (UN). São 33% dos eleitores que foram votar. É muita gente, mas, no fundo, quem votou na UN foi 20% da população em idade de votar – um quinto da população. Sucede, porém, que um número

relativamente limitado de votos pode proporcionar um número muito elevado de deputados no regime eleitoral. É um desequilíbrio que tem a ver com o próprio sistema.

O que é que torna as propostas da extrema-direita aliciantes para o eleitorado?

Tenho a impressão que um dos argumentos é o apelo à autoridade. Marine Le Pen quis dar mais evidência a Jordan Bardella [líder da UN], para ela se retirar e poder dedicar-se a outros combates, nomeadamente ao da Presidência da República. E, também, para disfarçar um pouco que o partido não é só a família Le Pen, quando, no fundo, continua a ser a família Le Pen. É ela, é a irmã, é a sobrinha. Impressionou-me que a estética com que Bardella apareceu na conferência de imprensa de apresentação do programa. Estava vestido de camisa branca, fato cinzento-escuro, gravata negra, cabelo curto, risco ao lado muito bem desenhado, ar limpo e marcial. Quando o vi na televisão, parecia-me um dirigente nazi de há 80 anos. Há ali uma estética que nós, que conhecemos um pouco de história, reconhecemos como a estética do fascismo, que pode ser sedutora, num certo momento das sociedades e para uma certa camada da população.

A mensagem é “vamos pôr ordem nisto, que se transformou numa desordem”. E que desordem é essa a que se referem?

A desordem, primeiro, são os imigrantes. A segunda desordem é aquela rapaziada dos subúrbios que faz uns motins, etc. É preciso limpar isto tudo. Esta ideia de limpeza é um discurso que já



Le Pen quis dar mais evidência a Bardella, para ela se retirar e poder dedicar-se a outros combates, nomeadamente ao da Presidência

Esta ideia de limpeza é um discurso que já havia no tempo de [Nicolas] Sarkozy, em 2005, quando houve grandes motins nos subúrbios

havia no tempo de [Nicolas] Sarkozy, em 2005, quando houve grandes motins nos subúrbios, no seguimento da morte de duas crianças numa perseguição policial. Repare que foi assim que Sarkozy, poucos meses depois, conseguiu ser eleito presidente. Há ainda um duplo factor que é preciso ter em conta: a comunicação social e as redes sociais amplificam um sentimento de insegurança permanente. Não apenas em relação a grandes atentados, que são coisas relativamente raras, apesar de mortíferas, mas, também, em relação à pequena violência quotidiana. Às vezes, não é violência, é aquela malta ali no bairro, que está a fumar e que está ali a fazer umas coisas. O sensacionalismo televisivo contribui para lançar o ódio ao imigrante e a polícia aceita participar nisso.

Aceitam entrar ou entram, não sei se por vontade dos accionistas ou dos responsáveis editoriais. Não é essa a questão. A questão é que os meios de comunicação social tradicionais, para sobreviverem, e alguns deles para terem lucro, claro, estão envolvidos numa corrida à informação o mais urgente

possível. Por um lado, Marine Le Pen percebeu que tinha de mudar a imagem e agora até dizem que não querem nada com a Alternativa para a Alemanha e que esses, sim, são a extrema-direita. “Nós não.” E, por outro, ela sabe que o eleitorado é muito sensível a este discurso da segurança e da autoridade. Não é apenas o da segurança, é o da reinstalação da autoridade. E, então, aparece aquele jovem, de 28 anos e ar marcial. Esta estética não é apenas a embalagem, esta estética é a mensagem.

Pode dizer-se que o resultado da primeira volta é um voto de protesto contra Emmanuel Macron?

Com certeza. Mas não é apenas contra ele. É contra os vários governos que foram sempre orientados pelo Macron, tanto no primeiro mandato como no segundo, que aplicaram políticas de liberalização permanente de tudo, nos serviços, na saúde, no ensino, nas próprias relações sociais, contra os sindicatos, em relação à reforma, nas leis laborais. A maneira como o Governo e Macron massacraram, desprezaram e vilipendiaram os coletes amarelos e, depois, os



agricultores criou uma raiva que se acumulou. Essa raiva transformou-se neste tipo de voto. **A esquerda votou em Macron contra Le Pen nas presidenciais. Acha que os macronistas farão o mesmo para evitar o lepenismo?**

Na primeira volta, Macron teve um discurso politiquero e incendiário, a dizer que existe uma extrema-direita e uma extrema-esquerda, e que, se chegassem ao poder, isso seria uma guerra civil. Isto é um delírio e uma irresponsabilidade. Quer dizer, primeiro, é uma mentira. Há uma extrema-direita, mas a extrema-esquerda não é esta aliança de socialistas, ecologistas e comunistas. Há uma esquerda mais radical, mas não é aquela. Eles já não querem fazer a revolução, já nem querem nacionalizar coisa nenhuma, já só não querem é que se privatize. A extrema-esquerda é um partido trotskista chamado Lutte Ouvrière. Ele fez este discurso para tentar obter alguns votos. O Macron e o primeiro-ministro Gabriel Attal vieram dizer que chegou o momento de evitar a extrema-direita. O Attal disse que se a UN ganhar será uma catástrofe para os franceses e aconselhou todos os seus candidatos a desistir. Há muita gente que está a desistir onde há três ou quatro candidatos e há outra parte que não aceita e que diz: "Jamais votarei pela França Insubmissa." O que é que os seus 20% de eleitores vão fazer quando Macron diz agora que é preciso votar contra a extrema-direita, quando, durante semanas, lhes falou de guerra civil?

Todos os campos políticos falam do apocalipse se o campo oposto vencer. A França está próxima de uma guerra de trincheiras?

Não, não, não. Como eu digo, são 20% dos eleitores. Há é instituições fortes que, gradualmente, podem ser enfraquecidas. A França tem uma polícia que tanto pode ser muito auxiliar como pode ser altamente violenta. A polícia bate com muita força. E bate muitas vezes, injustamente, e fica impune. Aliás, esses são os motivos pelos quais tem havido muitos tumultos. Há muitos polícias que subscrevem esse discurso de pôr ordem nisto e querem menos medidas de fiscalização para a sua acção e mais margem de manobra para baterem em quem quiserem. A França tem uma tradição forte de manifestação sindical e, nos últimos anos, tem havido um endurecimento da intervenção policial. A UN vai libertar a violência física no seio da sociedade.

Sondagens

Marine Le Pen diz que, sem a maioria absoluta da extrema-direita, a França será um "pântano"

Julien Ponthus e Frank Connelly

Nenhuma das últimas seis sondagens mostra a RN perto dos 289 deputados. Mercados reagem positivamente

Marine Le Pen rejeitou as sondagens que mostram que o seu partido de extrema-direita, a União Nacional (RN, na sigla em francês), deverá ficar muito aquém da maioria absoluta nas eleições legislativas francesas de hoje e alertou para o "pântano" em que ficará o país se o seu partido não obtiver um mandato para governar.

A RN e os seus aliados deverão hoje conquistar entre 170 e 250 dos 577 lugares da Assembleia Nacional, com base em seis sondagens divulgadas entre quarta e sexta-feira. Este número seria significativamente inferior aos 289 que lhe permitiriam aprovar facilmente projectos de lei e fazer avançar a sua agenda.

"Temos grandes possibilidades de obter a maioria absoluta", disse Le Pen ao canal de televisão francês CNews, acrescentando que o seu partido obteve mais do dobro do número de lugares previstos na última votação, há dois anos. "Se ninguém conseguir uma maioria absoluta, e nós somos os únicos que a podemos obter, nenhum projecto de lei será aprovado. É por isso que estou a falar de um pântano."

A actual eurodeputada avisou que "o país ficará paralisado" até o Presidente Emmanuel Macron poder legalmente dissolver o Parlamento dentro de um ano.

A aliança de esquerda Nova Frente Popular deverá conquistar entre 140 e 190 lugares, de acordo com as seis sondagens, enquanto o grupo de Macron deverá ficar com uma bancada de entre 110 e 162 deputados eleitos.

A França tem estado abalada pela perspectiva de a extrema-direita poder assumir o controlo do Governo, depois de a República ter passado mais de 50 anos a mantê-la afastada. Isso obrigou vários outros partidos, que se tinham digladiado, a engolir a sua animosidade e a criar uma frente eleitoral unificada para afastar a ameaça.

O índice CAC 40 da Bolsa de Paris caiu 3,7% desde o dia de negociação anterior a Macron ter convocado a

eleição antecipada em 9 de Junho, embora, entretanto, tenha revertido cerca de metade das suas perdas. Chegou a subir 0,55% na sexta-feira, no terceiro dia consecutivo de ganhos. O rendimento a dez anos das obrigações francesas em relação às homólogas alemãs, mais seguras – indicador do risco do país –, oscilou para 66 pontos base, mínimo de três semanas, depois de ter atingido 86 pontos base, o valor mais alto em 12 anos.

"Não espero que as acções francesas recuperem todas as perdas" a curto prazo, disse Sharon Bell, estratega sénior de acções europeias do Goldman Sachs, à Bloomberg Television. "As reformas necessárias para reduzir o défice têm muito menos probabilidades de acontecer. Tudo isto aumenta os riscos e as preocupações com a dívida francesa."

De acordo com Christophe Boucher, director de investimentos da ABN Amro Investment Solutions, o clima positivo nos mercados franceses mostra que os investidores estão a apostar naquilo que os analistas políticos consideram ser o resultado mais provável, nomeadamente um governo tecnocrata ou de coligação.

"Não há qualquer anomalia na for-

ma como o mercado está a avaliar aquilo a que chamamos o cenário 'belga', uma espécie de governo provisório que acabará por trazer alguma estabilidade, que é o que os investidores procuram", disse à Bloomberg.

Embora a turbulência nos mercados tenha acalmado por agora, tem havido algumas tensões nas ruas à medida que a campanha eleitoral para a segunda volta das legislativas de hoje se encaminhava para o fim. O ministro do Interior, Gerald Darmanin, afirmou que se registaram mais de 50 ataques a políticos e activistas, que levaram a cerca de 30 detenções.

Darmanin disse à BFM TV, na sexta-feira, que o perfil dos agressores variava entre militantes de extrema-esquerda e extrema-direita, membros de outros partidos políticos e indivíduos que pareciam ter perdido a paciência. O Presidente da República também já alertou para a possibilidade de desordem na noite das eleições, altura em que estão previstas várias concentrações.

Há 501 círculos eleitorais hoje ainda em disputa. A RN e os seus aliados elegeram 39 deputados na primeira volta, depois de terem obtido 33,2% dos votos. Mas a aliança centrista de Macron e a Nova Frente Popular retiraram estrategicamente mais de 200 candidatos das urnas esta semana para evitar dividir a oposição à extrema-direita, numa tentativa de construir o que é conhecido em França como frente republicana.

As últimas projecções sugerem que a estratégia está a funcionar, depois de a seguir à primeira volta as empresas de sondagens terem atribuído à extrema-direita e aos seus aliados intenções de voto que chegavam, na margem superior, aos 305 lugares.

"Na primeira volta, eliminámos o risco de uma maioria absoluta dominada por Jean-Luc Mélenchon e pela França Insubmissa", disse o primeiro-ministro Gabriel Attal à TFI, referindo-se ao partido de esquerda. "Na segunda volta, temos agora de eliminar o risco de uma maioria absoluta dominada pela extrema-direita e pela RN."

As empresas de sondagens Ifop, Elabe e Ipsos publicaram estudos de opinião na sexta-feira, enquanto a Odoxa e a OpinionWay divulgaram os seus na quinta-feira. A sondagem da Toluna-Harris Interactive foi apresentada na quarta-feira.

289

Número de deputados necessários para construir, em França, uma solução política estável, de maioria absoluta



União Nacional não deverá chegar à maioria absoluta

Exclusivo PÚBLICO/ The Washington Post



A maneira como o Governo e Macron desprezaram os coletes amarelos e os agricultores criou uma raiva que se acumulou

Há muitos polícias que subscrevem esse discurso de pôr ordem nisto e querem menos medidas de fiscalização para a sua acção



Eleições legislativas
França decide hoje se
quer ser republicana
ou anti-republicana

Destaque, 2 a 5